

AVISO AÇORES-63-2018-27

Programa Operacional Açores 2020

Convite para apresentação de candidaturas à Tipologia de Ação – Ações de formação estratégicas para a gestão e eficiência da Administração Pública

Eixo Prioritário	Eixo Prioritário 11: Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente	
Prioridade de Investimento	11.1 - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação	
Objetivo específico	11.1.1 – Aumentar as competências dos recursos humanos afetos à Administração Pública regional e local com vista à reorganização e modernização do setor, através do aumento da qualidade dos serviços disponibilizados aos cidadãos, trabalhadores e candidatos a emprego	
Indicadores de Realização	600 Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização (valor alvo em 2023)	
Indicadores de Resultado	80-90 % Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	
Tipologia de ação	Ações de formação estratégicas para a gestão e eficiência na Administração Pública, nas modalidades presencial e à distância. Poderá ainda ser preparada formação específica para alguns organismos da administração regional ou local, após identificação dos aspetos de melhoria ou mudança organizacional dirigidos a esse objetivo.	
Período de Candidaturas	Data de abertura	20 de novembro de 2018
	Data de termo	20 de dezembro de 2018, até às 23H00

ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR	3
2.	BENEFICIÁRIOS	3
3.	DESTINATÁRIOS ELEGÍVEIS	3
4.	ÂMBITO GEOGRÁFICO	3
5.	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO	4
6.	ELEMENTOS A ENVIAR PELO BENEFICIÁRIO	4
7.	OBRIGAÇÕES OU COMPROMISSOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS	4
8.	ORGANISMO INTERMÉDIO	4
9.	DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO	4
10.	LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR	5
11.	FORMA DE APOIO	5
12.	CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DAS OPERAÇÕES, REGRAS DE FINANCIAMENTO E PERÍODO DE ELEGIBILIDADE DAS DESPESA	5
13.	PERÍODO DE RECEÇÃO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS	6
14.	PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS.....	7
15.	DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR	9
16.	CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR.....	9
17.	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO	10
18.	PEDIDOS DE ALTERAÇÃO	11
19.	REGIME DE FINANCIAMENTO	11
19.1	- MODALIDADE DE REEMBOLSO DOS CUSTOS ELEGÍVEIS EFETIVAMENTE INCORRIDOS E PAGOS.....	11
19.2	- MODALIDADE DE MONTANTE FIXO	12
20.	REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES.....	13
21.	ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DA EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES.....	13
22.	CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	14
23.	CONTACTOS	14
	ANEXO I.....	15
	ANEXO II.....	16
	ANEXO III - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS.....	20

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

As ações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 11: Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente, que tem por objetivo aumentar as competências dos recursos humanos afetos à Administração Pública regional e local com vista à reorganização e modernização do setor, através do aumento da qualidade dos serviços disponibilizados aos cidadãos, trabalhadores e candidatos a emprego.

A formação a cofinanciar visa o aumento das qualificações dos trabalhadores públicos, reforçando o enfoque em matérias como a gestão estratégica, a simplificação e modernização administrativa, a inovação, a aplicação de metodologias de trabalho otimizadas por tecnologias de informação.

2. BENEFICIÁRIOS

Constituem-se como beneficiárias da tipologia, nos termos previstos no artigo 17.º da Portaria n.º 7/2018, de 1 de fevereiro, as seguintes entidades:

- Administração Regional e Local;
- Entidades formadoras certificadas.

3. DESTINATÁRIOS ELEGÍVEIS

Trabalhadores da administração pública regional e local.

4. ÂMBITO GEOGRÁFICO

São elegíveis as operações que decorram na Região Autónoma dos Açores.

5. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operações prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Portaria n.º 7/2018, de 1 de fevereiro - Ações de formação estratégicas para a gestão e eficiência na Administração Pública e enquadra-se na Prioridade de Investimento 11.1 - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação, constante do Programa Operacional Açores 2020, aprovado pela Comissão Europeia, através da decisão C(2014) 10176 de 18 de dezembro de 2014.

6. ELEMENTOS A ENVIAR PELO BENEFICIÁRIO

Constantes no Anexo I.

7. OBRIGAÇÕES OU COMPROMISSOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS

As obrigações dos beneficiários são as que se encontram consagradas no n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação europeia, nacional e regional.

8. ORGANISMO INTERMÉDIO

Nos termos do número 2 do artigo 4.º da Resolução nº 156/2014 de 6 de novembro e nos termos dos artigos n.º 36.º e 37.º do Decreto-lei n.º 137/2014 de 12 setembro, a Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional assume a qualidade de Organismo Intermédio, exercendo as competências de gestão que lhe foram delegadas no âmbito do Contrato de Delegação de Competências celebrado com a Autoridade de Gestão do PO Açores 2020.

9. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

O financiamento público total alocado ao presente concurso é de 100.000€, com uma comparticipação pública de despesa elegível repartida pelo Fundo Social Europeu (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%).

10. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

Cada entidade apenas poderá apresentar **uma candidatura** no âmbito do presente aviso.

11. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável através da modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, sem prejuízo do disposto na Portaria n.º 118/2015, de 2 de setembro, na sua atual redação.

12. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DAS OPERAÇÕES, REGRAS DE FINANCIAMENTO E PERÍODO DE ELEGIBILIDADE DAS DESPESA

12.1 Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário tem que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, de acordo com o definido no artigo 4.º da Portaria n.º 7/2018, de 1 de fevereiro.

12.2 Elegibilidade das operações

É elegível, para efeitos de financiamento no âmbito deste aviso, a formação sobre Regulamentação de Proteção de Dados, enquadrável no disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Portaria n.º 7/2018, de 1 de fevereiro.

Para as ações de formação previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Portaria n.º 7/2018 de 1 de fevereiro, desenvolvidas por entidades formadoras certificadas, é obrigatória a respetiva homologação conforme o disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Portaria acima referida, cujo pedido deverá ser efetuado através da plataforma CERTIFICAR, antes da submissão da candidatura a financiamento, no âmbito do presente Aviso.

[\(https://certificar.azores.gov.pt/\)](https://certificar.azores.gov.pt/)

12.3 Regras de financiamento

Os montantes elegíveis obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidos na Portaria n.º 118/2015, de 2 de setembro, na sua atual redação.

Às operações de reduzida dimensão, considerando que a Autoridade de Gestão, na aceção do n.º 66 do artigo 272.º do Regulamento (EU, Euratom) 2018/1046 de 18 de julho (Omnibus), ao abrigo das disposições transitórias, derroga por um período de 12 meses a contar da data de entrada em vigor do referido Regulamento, a aplicação do regime de opção de custos simplificados para as operações até ao montante de 100.000€.

Assim, para as operações FSE cujo apoio público não exceda os 50.000€ mantém-se a obrigatoriedade de financiamento em regime de montante fixo com recurso a um orçamento prévio nos termos previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 118/2015 de 2 de setembro, na atual redação.

12.4 Período de elegibilidade das despesas

Tendo em conta os atrasos na parametrização do formulário para acomodar a presente tipologia de operação no SI FSE, ao período de elegibilidade das despesas que forem realizadas e pagas dentro do período de elegibilidade previsto no n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 118/2015, de 2 de setembro, na sua atual redação, fixa-se como período de elegibilidade inicial 120 dias úteis anteriores à data de publicação do presente aviso, conforme estipulado no n.º 4 do artigo referido acima.

13. PERÍODO DE RECEÇÃO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o dia 20 de novembro de 2018 e as 23H00 do dia 20 de dezembro de 2018 e é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Portal2020>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e nos termos definidos no presente aviso.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

14. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

O **processo de decisão** das candidaturas integra três fases:

i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade da operação, estabelecidos pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido na regulamentação específica e no presente aviso de candidatura;

ii) **Avaliação do mérito do projeto**, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional dos Açores – Açores 2020 e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constante do Anexo II.

Para além da avaliação do mérito absoluto das candidaturas, baseada na metodologia exposta, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da comparação do mérito da candidatura avaliada com o mérito das demais candidaturas na mesma fase de decisão, com hierarquização final das candidaturas avaliadas;

iii) **Decisão sobre o financiamento** dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do PO Açores 2020, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014,

de 27 de outubro, na sua atual redação, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no esquema constante do Anexo III.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, considera-se que houve desistência da candidatura.

Havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto e relativo, a última das quais que resulta da comparação do mérito da operação avaliada com o mérito das demais operações candidatas na mesma fase de decisão, com hierarquização final das candidaturas avaliadas, tendo em conta a dotação indicativa prevista no número 9 do presente aviso (de entre as operações que tiveram cotação superior a 50%, deverão ser definidas prioridades face à dotação financeira disponível).

O mérito absoluto da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada categoria dos critérios de seleção.

A pontuação atribuída a cada categoria é determinada pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada critério de seleção. Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a apreciação e seleção dos projetos é baseada numa análise multicritério, com a devida quantificação, conforme Anexo II.

Neste âmbito, é estabelecido que as operações que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento.

Para efeito de desempate das candidaturas será ponderada, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata, sempre que, por limitações de dotação financeira disponível, não seja possível aprovar a totalidade dos projetos que reúnam a pontuação mínima considerada necessária no âmbito do concurso.

15. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso têm a duração máxima de 24 meses, com início em 2018.

16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

16.1 – Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final.

Nos termos do artigo 19.º da Portaria n.º 7/2018, de 1 de fevereiro, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário deve apresentar na sua candidatura os indicadores de realização e de resultado (metas a atingir) a contratualizar com o Organismo Intermédio.

16.2 – O grau de cumprimento ou incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, de que se destaca:

- i) Por cada ponto percentual de desvio negativo face ao contratualizado em **indicadores de resultado**, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível a pagar no saldo final, até um máximo de 10%;
- ii) A redução prevista no ponto anterior não será aplicável quando os **resultados** alcançados atinjam 80% do valor contratualizado para os respetivos indicadores;
- iii) Se o nível de execução for inferior a 25% do contratualizado para os **indicadores de realização**, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pelo Organismo Intermédio, com adequada fundamentação;
- iv) Atendendo à derrogação da aplicação do Regulamento (EU, Euratom) 2018/1046 de 18 de julho (Omnibus), referida no ponto 12.3, nas operações de reduzida dimensão, cujo financiamento público não exceda 50.000€, e que não sejam executadas exclusivamente com recurso a um procedimento de contratação

pública, o cumprimento integral e simultâneo das metas contratualizadas em candidatura é condição para o pagamento da subvenção, implicando o incumprimento a respetiva revogação.

16.3 - Os resultados mínimos a contratualizar, com referência aos indicadores definidos para o PO Açores 2020, são os constantes da folha de rosto do presente aviso (valores-alvo 2023) e descritos no quadro seguinte.

TIPO DE INDICADOR	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META
REALIZAÇÃO	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	N.º	(1)
RESULTADO	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	%	(2) 80% a 90%

(1) Indicador a definir pelo beneficiário em sede de candidatura. Somatório das pessoas que iniciam a formação. Uma pessoa é contabilizada (à primeira entrada) apenas uma vez ao longo de todo o percurso de formação.

(2) A metodologia de cálculo utilizada para o indicador de resultado consiste em “Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação”: $(N.º \text{ de Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação} / N.º \text{ de trabalhadores apoiados que iniciaram o curso}) \times 100$.

17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade do Organismo Intermédio.

18. PEDIDOS DE ALTERAÇÃO

Os **pedidos de alteração** à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto no n.º 7 e no n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

19. REGIME DE FINANCIAMENTO

19.1 - MODALIDADE DE REEMBOLSO DOS CUSTOS ELEGÍVEIS EFETIVAMENTE INCORRIDOS E PAGOS

A **aceitação da decisão de aprovação** da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto no n.º 6 e n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- i) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizado nos termos legais;
- ii) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- iii) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos do Fundo Social Europeu (FSE);
- iv) Comunicação do início da operação.

Os **pedidos de reembolso** são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando o Organismo Intermédio solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O **pedido de pagamento de saldo final** deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando o Organismo Intermédio solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

19.2 - MODALIDADE DE MONTANTE FIXO

Nas operações de reduzida dimensão, a entidade beneficiária tem direito a um único adiantamento, no valor de 15% do montante total do financiamento público. Assim, no desenvolvimento desta modalidade, não há lugar à apresentação dos pedidos de reembolso durante a execução da operação, dado que os pagamentos apenas podem ser efetuados em função da verificação do cumprimento integral dos resultados contratualizados, após a conclusão física da operação. O pedido de pagamento de saldo

final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da candidatura.

A subvenção apenas é paga, em sede de análise do pedido de saldo final, se concluir que as metas contratualizadas em candidatura para os indicadores de realização e de resultado, foram integralmente cumpridas. Daqui resulta que no caso de incumprimento ou cumprimento parcial de uma das metas fixadas para os referidos indicadores, não será pago o montante da subvenção.

Não obstante, a modalidade de concessão da subvenção, a decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando o Organismo Intermédio solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

20. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PO AÇORES 2020, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu, de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas, disponíveis para consulta e *download* no Sítio do PO Açores 2020 <http://poacores2020.azores.gov.pt/>.

21. ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DA EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES

Os apoios financeiros concedidos às operações aprovadas ficam sujeitos ao acompanhamento da sua utilização, em conformidade com a decisão aprovada, nas suas componentes material, financeira e contabilística, de acordo com normas técnicas a definir pelo Organismo Intermédio.

As operações aprovadas e as entidades beneficiárias ficam sujeitas a ações de controlo e de auditoria a realizar pelas autoridades nacionais e comunitárias com competência em matéria de certificação, auditoria e controlo dos fundos comunitários atribuídos.

22. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No Sítio do PO Açores 2020 <http://poacores2020.azores.gov.pt/> encontram-se disponíveis:

- i) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora e formulário de candidatura;
- ii) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- iii) Pontos de contacto para obter informações adicionais;
- iv) Os resultados do presente concurso.

23. CONTACTOS

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional de acordo com o ponto anterior, pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional para os Açores 2020 – PO AÇORES 2020

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Vice-Presidência, Emprego e Competitividade empresarial – Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional

Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, S/N

9500-119 Ponta Delgada | São Miguel – Açores Tel.: (+351)296 308 000

poacores2020@azores.gov.pt e <http://poacores2020.azores.gov.pt/>

Angra do Heroísmo, 19 de novembro de 2018

O Gestor do Programa Operacional para os Açores 2020,

Rui Von Amann

ANEXO I

ELEMENTOS A ENVIAR PELOS BENEFICIÁRIOS	
1 -	Plano da ação (fundamentação e conteúdos programáticos, formadores com habilitação e formações na área) de acordo com os requisitos dos critérios 1, 2 e 3, constante da grelha de análise do Anexo II;
2 -	Programa da ação, fundamentação da necessidade de formação para o serviço (por solicitação de um serviço ou por alterações normativas) e fundamentação da necessidade de formação para o participante., de acordo com os requisitos dos critérios 1, 2 e 3, conforme a grelha de análise do Anexo II;
3 -	Grelha de seleção de formandos, de acordo com os requisitos do critério 3, conforme a grelha de análise do Anexo II;
4 -	Curriculum vitae do responsável pedagógico, do responsável administrativo-financeiro e respetivos descritivos de funções e correlação com a atividade formativa, bem como o inventário dos equipamentos técnico-administrativos afetos à formação, de acordo critério 4, constante da grelha de análise do Anexo II;
5 -	Registos ou outros documentos de monitorização e acompanhamento da formação e pós-formação, de acordo com os requisitos do critério 5, constante da grelha de análise do Anexo II;
6 -	Apresentação dos mecanismos para a prossecução dos objetivos para a igualdade de oportunidades e de género, de acordo o critério 6, constante da grelha de análise do Anexo II
7 -	Balço de atividades, ou relatório pós-formação, ou outro documento onde seja possível aferir a percentagem de execução física (identificando as candidaturas) referente ao último ano de financiamento e a percentagem de formandos que concluíram no último ano financiado, de acordo com os requisitos do critério 7, constantes da grelha de análise do Anexo II
8 -	<ul style="list-style-type: none"> - Método de cálculo por rubrica/subrubrica; - Mapa de amortizações, quando aplicável; - No caso da modalidade de custos reais, apresentação da chave de imputação relativamente aos custos comuns, bem como os seus pressupostos (que deverão ser consistentes e coerentes de acordo com a natureza dos custos e obedecerem a critérios de imputação físicos e temporais pertinentes e se os indicadores têm aderência às operações financiadas e à atividade não financiada); - Identificar situações passíveis de conflitos de interesses (caso não existam têm que apresentar declaração a mencionar que nos custos apresentados não se verifica situações de conflito de interesses); - Declaração do regime de IVA aplicável; - Declaração de que dispõe de situação económica financeira equilibrada; - Calendarização/cronograma da formação.

ANEXO II

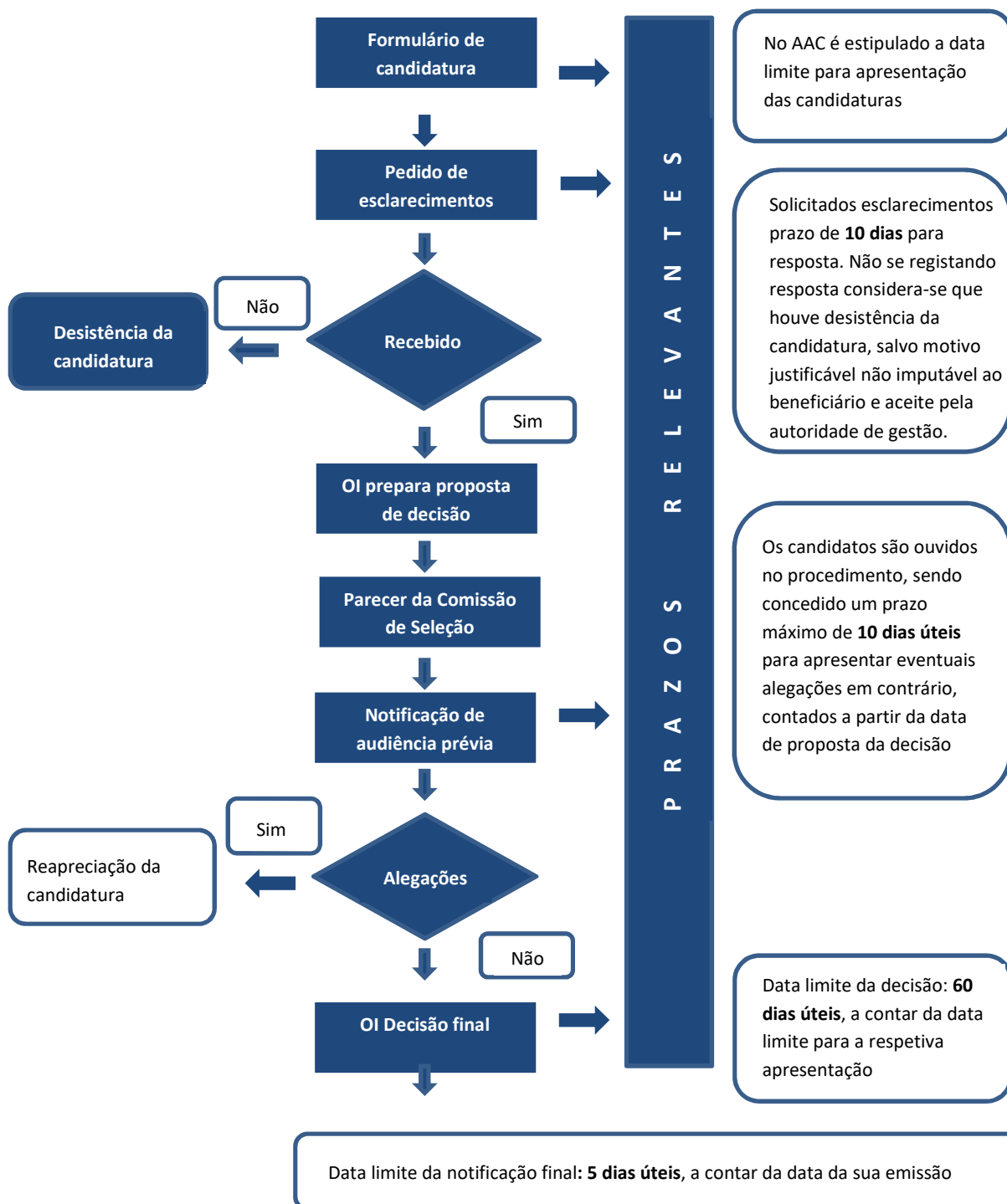
Nº	Critério de Seleção	Pontuação
	Contributo da formação proposta para a modernização e reorganização dos serviços da administração pública regional e local	12,5
1	1.1 Os conteúdos programáticos/plano das ações a desenvolver enquadram-se com os objetivos definidos. Organização adequada dos conteúdos programáticos (Diagnóstico de Necessidades; Programa da Formação; Formadores; Cronograma; Horário, Público Alvo; Conteúdos Programáticos; Avaliação da Formação)	12,5
	Adequados	12,5
	Suficientes	7
	Insuficientes	3
	Coerência das ações propostas com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade	20
2	2.1 A descrição programática está dirigida ao público alvo que se pretende atingir. O programa da ação, fundamentação da necessidade de formação para o serviço (por solicitação de um serviço ou por alterações normativas) e fundamentação da necessidade de formação para o participante.	20
	Adequados	20
	Suficientes	12,5
	Insuficientes	5
	Qualidade técnica do plano de formação aferida pela coerência da respetiva estruturação face ao público-alvo, às metodologias previstas e à duração da formação	10
3	3.1 Adequação do plano de formação às atividades que o participante desempenha.	5
	Adequados	5
	Suficientes	2,5
	Insuficientes	1
	3.2 A duração da ação é compatível com a programação apresentada para a ação	5
	Adequados	5
Suficientes	2,5	
Insuficientes	1	
	Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos e das infraestruturas por parte da entidade formadora/empregadora	27,5
4	4.1 As infraestruturas e estruturas formativas são adequadas para o desenvolvimento do projeto.	14
	4.1.1 Tipologia	3,5
	Próprias/construídas de raiz ou adaptadas	3,5

	Cedidas a longo prazo (20 anos)	1,5
	Arrendadas	0,5
4.1.2	Caraterização dos Equipamentos salas teóricas/ salas praticas	3,5
	Adequados	3,5
	Suficientes	1,5
	Insuficientes	0,5
4.1.3	Caracterização das instalações	3
4.1.3.1	Biblioteca/Mediateca, Sala(s) de Estudo	1,5
	Existe	1,5
	Não existe	0
4.1.3.2	Áreas Sociais - sanitários/balneários, refeitório/bar	1,5
	Existe	1,5
	Não existe	0
4.1.4	Salas de Formação	4
4.1.4.1	Iluminação natural	2
	Existe em mais de 50% das salas	2
	Existe em 50% das salas	0,75
4.1.4.2	Climatização / Arejamento	2
	Existe	2
	Não existe	0
4.2	Os recursos humanos são adequados para o desenvolvimento do projeto	13,5
4.2.1	Caracterização do Responsável Pedagógico (com qualificação pedagógica licenciatura ou pós-graduação com componente pedagógica e experiência de 3 ou mais anos)	4,5
	Cumpram ambos os requisitos	4,5
	Cumpram um dos requisitos	2

	Não cumpre os requisitos	0
	4.2.2 Experiência (análise global dos curricula dos docentes/formadores)	<u>4,5</u>
	Adequado	4,5
	Inadequado	0
	4.2.3 Organização e gestão administrativo-financeira da entidade candidata	<u>4,5</u>
	Definição de funções e respetiva relação com a atividade formativa apoiada (afetação funcional)	4,5
	Definida	4,5
	Não definida	0
	Existência de mecanismos de acompanhamento após a conclusão do projeto	15
5	5.1 Durante a realização das ações de formação (existência de relatórios e/ou outros registos de acompanhamento da formação)	<u>7,5</u>
	Adequados	7,5
	Suficientes	3,75
	Insuficientes	0
	5.2 Acompanhamento pós-formação (existência de relatórios e/ou outros registos do pós-formação)	<u>7,5</u>
	Adequados	7,5
	Suficientes	3,75
	Insuficientes	0
	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género	10
6	6.1 Métodos de seleção e recrutamento de formandos	<u>10</u>
	Globalmente garantidos (quando assentam em instrumentos que garantem a igualdade de género e o acesso a pessoas que apresentem vulnerabilidades diversas no acesso à formação)	10
	Parcialmente garantidos (quando assentam em instrumentos que garantem a igualdade de género ou acesso a pessoas que apresentem vulnerabilidades diversas no acesso à formação)	5
	Não garantidos (quando não assentam em instrumentos que garantem a igualdade de género e/ou o acesso a pessoas que apresentem vulnerabilidades diversas no acesso à formação)	0
7	Desempenho histórico dos beneficiários na concretização do mesmo tipo de ações, quanto a níveis de execução, resultados e irregularidades	5

	Percentagem de formandos que	
7.1	concluíram formação	<u>2,5</u>
	Elevado (n.º participantes que concluíram a formação face ao n.º de participantes que iniciaram é $\geq 80\%$) formação face ao n.º de participantes que iniciaram é $< 50\%$)	2,5
	Médio (n.º participantes que concluíram a formação face ao n.º de participantes que iniciaram é $\geq 50\%$ e $< 80\%$)	1
	Baixo (n.º participantes que concluíram a formação face ao n.º de participantes que iniciaram é $< 50\%$)	0
7.2	Irregularidades detetadas em sede de auditorias	<u>2,5</u>
	Não existe	2,5
	Existe	0

ANEXO III - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.

Glossário:

AAC – Aviso de Abertura de Candidaturas

OI – Organismo Intermédio